

Discurso proferido pelo deputado
GERALDO RESENDE (PMDB/MS),
em sessão no dia 17/03/2011.

OS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL PEDEM SOCORRO

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

As chuvas em Mato Grosso do Sul deram uma trégua, depois de deixarem rastros de destruição nas estradas e lavouras e desabrigarem e desalojarem populações ribeirinhas, agravando ainda mais a situação de calamidade provocada pelas chuvas do ano passado.

Em pelo menos 21 municípios as chuvas provocaram danos nas estradas vicinais e alagaram lavouras no pico da colheita, deixando os prefeitos desolados e preocupados com a falta de dinheiro para ações emergenciais e diante das dificuldades que ainda deverão advir, uma vez que os prejuízos são grandes na agricultura.

Nossas cidades, como no resto do Brasil, são dependentes da arrecadação do ICMS, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, e com a principal atividade

econômica afetada, não há como negar a perspectiva de mais um ano difícil. Dos municípios afetados, oito já decretaram situação de emergência e os demais devem fazê-lo nas próximas horas.

O que nos traz a essa tribuna é o fato de nosso governador, André Puccinelli, os prefeitos, produtores e a bancada de Mato Grosso do Sul estarem muito preocupados com a morosidade do governo no socorro às cidades em situação de emergência. Não podemos ficar passíveis a essa situação, que se arrasta desde as chuvas do ano passado, mas que infelizmente não sensibilizou o governo federal, uma vez que parte dos recursos que deveriam ser liberados em função dos prejuízos causados no ano passado ainda está retida.

Em outubro do ano passado oito municípios - Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Naviraí, Nova Andradina, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas – foram seriamente atingidos por chuvas de granizo e fortes precipitações. Todos esses municípios cumpriram os procedimentos para ter acesso a recursos do Ministério da Integração Nacional. Do montante de pouco mais de 9 milhões e meio anunciados, apenas 30% foram liberados, segundo o governo do Estado.

Agora, diante de novos desastres naturais, voltamos à peregrinar pelos gabinetes ministeriais a pedir o empenho

das autoridades federais para que ajudem o Estado a socorrer os municípios afetados e também a minimizar as perdas na agricultura, que remontam aos últimos cinco anos e podem significar uma perda de receita de algo em torno de 1 bilhão e meio de reais.

Dados da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul indicam que as perdas na safra, em algumas regiões do Estado, podem chegar a 50%. No Centro-Sul, a quebra prevista é de 20% a 30%, com o problema ainda de perda de qualidade dos grãos de soja em razão da demora na colheita. A previsão de safra recorde, em torno de 5,4 milhões de toneladas, portanto, não deve se concretizar.

A demora em solucionar os problemas agrava a situação. O governo não pode deixar os municípios à própria sorte, sabendo que nenhuma prefeitura ou governo estadual têm condições de absorver tantos prejuízos em razão de desastres naturais. Há municípios que não recebem nenhum centavo desde 2010 e não se pode mais admitir promessas. Esperamos ações objetivas e rápida distribuição dos recursos, até porque o Congresso aprovou a MP que assegurou R\$ 780 milhões para atender os casos de emergência.

Sem contar as perdas na agricultura, estimadas em pelo menos R\$ 1 bilhão, os prejuízos nas áreas urbanas com alagamentos e danos em estradas e pontes na zona rural

podem chegar a R\$ 200 milhões, segundo o governo do Estado. Nesse sentido, não podemos admitir uma ajuda de apenas R\$ 5 milhões, conforme prometido pelo ministro Fernando Bezerra Coelho, da Integração Nacional, em visita ao nosso Estado na última sexta-feira, 11 de março.

Nossa preocupação, do governo, dos prefeitos, da bancada e da população em geral, é que na medida que os prejuízos acumulam, sem uma ação rápida do governo federal, os municípios entrem em colapso, por problemas de solução de continuidade em obras essenciais, investimentos e até custeio administrativo.

Julgamos imperiosa a ação imediata do governo. Primeiro liberando os recursos solicitados e que sejam necessários à reconstrução nas cidades e em seguida criando condições para que os produtores possam renegociar suas dívidas em razão das perdas nas lavouras.

Vale lembrar que Mato Grosso do Sul não perde apenas na safra de grãos, mas também em outras atividades produtivas, como o setor aviário e pecuária de leite. A falta de condições de tráfego impede o escoamento da produção. Mato Grosso do Sul também está diante da possibilidade de perdas na pecuária, devido a cheia no Pantanal.

O governo do Estado, com base nos levantamentos feitos em cada um dos 20 municípios afetados pelas chuvas, que

caíram durante todo o mês de fevereiro e só cessaram no dia 9 de março, calcula que a ajuda do governo federal deve considerar a necessidade de R\$ 109,3 milhões para os trabalhos de recuperação. Os R\$ 5 milhões destinados ao Estado, na semana passada, definitivamente, não resolvem a grave situação por que passam nossos municípios.

Marcamos audiência com o ministro Fernando Bezerra Coelho no próximo dia 23, quando, ao lado dos prefeitos das cidades flageladas, vamos detalhar os prejuízos, em todas suas extensões, os impactos na economia local, os transtornos à vida da população, os reflexos na receita futura e comprometimento dos investimentos em obras essenciais.

De acordo com os pleitos que estamos levando, junto com o governador André Puccinelli e os prefeitos, dos quase R\$ 110 milhões estimados em recursos necessários para a recuperação de rodovias e pontes, a maior parte, de R\$ 80,875 milhões, é para recuperar 1.617,5 km de rodovias estaduais não pavimentadas com implantação de bueiros; outros R\$ 23,002 milhões para recuperar pontes e bueiros danificados, em uma extensão total de 1.042 metros; além dos R\$ 5,4 milhões para refazer as pontes que foram totalmente destruídas.

De acordo com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, 21 municípios foram diretamente prejudicados, afetando 139.482 pessoas. Para concluir, quero deixar registrado para os Anais da Casa a relação das cidades mais afetadas e que estão dependendo dessa ajuda federal, para que no futuro possamos estabelecer parâmetros, de forma justa, com que prioridade e celeridade essas comunidades tiveram a atenção esperada, na expectativa de que na audiência da próxima quarta-feira, dia 23, tenhamos uma resposta positiva aos pleitos dos prefeitos e do governo do Estado.

Aguardam o socorro do governo, falo em nome da população de Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Campo Grande, Coxim, Miranda, Nioaque, Paranaíba, São Gabriel do Oeste, Santa Rita do Rio Pardo, Rio Verde, Bandeirantes, Sidrolândia, Rio Brilhante, Maracaju, Dourados, Alcionópolis e Chapadão do Sul.

Muito obrigado

Deputado GERALDO RESENDE

(PMDB/MS)